

MARINHA DO BRASIL
SERVIÇO DE SELEÇÃO DO PESSOAL DA MARINHA

*Concurso Público para ingresso no Quadro Técnico do
Corpo Auxiliar da Marinha
CP-T/2022*

**NÃO ESTÁ AUTORIZADA A UTILIZAÇÃO DE
MATERIAL EXTRA**

SEGURANÇA DO TRÁFEGO AQUAVIÁRIO

QUESTÃO 1

Considere que o navio mercante Star Delta, bandeira brasileira, efetuou despacho na Capitania dos Portos do Rio de Janeiro (CPRJ) com destino ao porto de Buenos Aires, Argentina. Desse modo, de acordo com o previsto na NORMAM-08/DPC, é correto afirmar que:

- (A) o navio deverá efetuar despacho por período, e então receber o passe de saída do Órgão de Despacho (OD) para o próximo porto e comunicar sua saída por meio do Aviso de Saída.
- (B) o navio deverá comunicar sua saída do porto ao Órgão de Despacho (OD), por meio da Declaração Geral de Saída, no prazo máximo de quatro horas após a saída.
- (C) o navio deverá efetuar despacho para o próximo porto e comunicar a saída junto ao Órgão de Despacho (OD) por meio do aviso de saída e do registro de alteração de rota.
- (D) caso o navio altere seu destino para outro porto estrangeiro, o representante do novo porto de destino deverá comunicar tal alteração ao Órgão de Despacho (OD) da jurisdição de chegada por meio de registro de alteração de rota.
- (E) o passe de saída para o próximo porto permite à embarcação empregada na navegação de longo curso trafegar em qualquer porto nacional, desde que, na chegada a esses portos, sejam encaminhados os avisos de entrada e saída.

QUESTÃO 2

De acordo com a NORMAM-08/DPC, correlacione as características das embarcações e a passagem por águas jurisdicionais brasileiras às suas definições e assinale, a seguir, a opção que apresenta a sequência correta.

CARACTERÍSTICAS DAS EMBARCAÇÕES E A PASSAGEM POR ÁGUAS JURISDICIONAIS BRASILEIRAS

- I- Embarcação em condição LAID-UP
- II- Embarcação fora de operação
- III- Passagem inocente
- IV- Passagem pelo Mar Territorial
- V- Embarcações obrigadas a efetuar despacho

DEFINIÇÕES

- () A passagem deverá ser contínua e rápida. No entanto, a passagem compreende o parar e o fundear, mas apenas na medida em que os mesmos constituam incidentes comuns de navegação ou sejam impostos, por motivos de força maior ou por dificuldade grave, ou tenham por fim prestar auxílio a pessoas, navios ou aeronaves em perigo ou em dificuldade grave.
- () Embarcação temporariamente docada ou atracada em instalações portuárias ou estaleiros, parcialmente ou totalmente desguarnecida, que esteja aguardando o retorno às atividades comerciais.
- () Embarcação de pesca com arqueação bruta maior ou igual a 50 (cinquenta) ou com comprimento total igual ou superior a 15 (quinze) metros.
- () Passagem efetuada sem prejuízo à paz, à boa ordem ou à segurança do Estado, devendo, ainda, ser feita em conformidade com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar e com as demais normas de direito internacional.
- () Embarcação em situação especial, caracterizada pela paralisação de sua condição normal de operação comercial.

- (A) (III) (I) (II) (IV) (V)
- (B) (IV) (I) (V) (III) (II)
- (C) (V) (IV) (III) (II) (I)
- (D) (I) (II) (III) (IV) (V)
- (E) (II) (III) (I) (V) (IV)

QUESTÃO 3

Nos termos dispostos no Decreto 4.136, de 20/02/2002, que dispõe sobre especificações das sanções aplicáveis às infrações às regras de prevenção, controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional, prevista na Lei nº 9.966, de 28/04/2000, e dá outras providências, qual o tipo de multa aplicável ao navio que transporta óleo, com arqueação bruta superior a 50, que não possui a bordo o livro de registro de óleo, aprovado nos termos da MARPOL 73/78?

- (A) Grupo C.
- (B) Grupo I.
- (C) Grupo G.
- (D) Grupo E.
- (E) Grupo H.

QUESTÃO 4

De acordo com o previsto na NOMAM-07/DPC, com relação ao Capítulo 4, que trata do lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional, qual o prazo previsto para o pagamento da multa a partir da data do recebimento da notificação para pagamento?

- (A) 20 dias.
- (B) 15 dias.
- (C) 10 dias.
- (D) 5 dias.
- (E) 3 dias.

QUESTÃO 5

Com relação à inscrição e ao registro de embarcações, assinale a opção que NÃO apresenta o previsto na NORMAM-02/DPC.

- (A) As embarcações com arqueação bruta (AB) maior que 100, além de inscritas nas Capitania (CP), Delegacia (DL) ou Agência (AG), devem ser registradas no Tribunal Marítimo (TM).
- (B) As plataformas fixas são consideradas embarcações, estando também sujeitas à inscrição e/ou registro.
- (C) As embarcações miúdas com propulsão a motor estão sujeitas à inscrição simplificada.
- (D) Estão dispensadas de inscrição as embarcações miúdas sem propulsão e os dispositivos flutuantes destinados a serem rebocados, do tipo "banana boat", com até 10 (dez) metros de comprimento.
- (E) A Provisão de Registro de Propriedade Marítima (PRPM) é o documento que comprova a inscrição/registo de uma embarcação com arqueação bruta maior que 100.

QUESTÃO 6

De acordo com o art. 2º da Lei nº 9.537/1997, que dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências, assinale a opção que apresenta corretamente o conceito e a sua definição.

- (A) Margens das águas - áreas do leito marinho onde as águas tocam, em regime de cheia normal sem transbordar.
- (B) Profissional não tripulante - todo aquele que, sem exercer atribuições diretamente ligadas à operação da embarcação, presta serviços eventuais a bordo.
- (C) Prático - marítimo que presta serviço de praticagem embarcado.
- (D) Inspeção Naval - ação técnico-administrativa, eventual ou periódica, pela qual é verificado o cumprimento de requisitos estabelecidos em normas nacionais e internacionais, referentes à prevenção da poluição ambiental e às condições de segurança e habitabilidade de embarcações e plataformas.
- (E) Lotação - quantidade de pessoas que, não fazendo parte da tripulação nem sendo profissional não tripulante, estão autorizadas a embarcar.

QUESTÃO 7

Conforme preconizado na NORMAM-11/DPC, qual o prazo para encaminhamento da Planta Final de Situação (PFS) após o descomissionamento total da Plataforma?

- (A) 360 dias.
- (B) 180 dias.
- (C) 90 dias.
- (D) 60 dias.
- (E) 30 dias.

QUESTÃO 8

De acordo com a Lei 9.966, de 28/04/2000, que dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências, quais as classificações das substâncias nocivas ou perigosas que apresentam baixo e médio risco, respectivamente, tanto para saúde humana quanto para o ecossistema aquático?

- (A) Categorias A e B.
- (B) Categorias B e C.
- (C) Categorias C e D.
- (D) Categorias D e B.
- (E) Categorias A e C.

QUESTÃO 9

Considere que, durante a realização de um levantamento hidrográfico no canal de navegação do terminal 1 do Porto do Açú, foi observada a existência de baixo fundo em uma das extremidades do canal que afetaria a segurança dos navios. Diante dessa situação, a administração do porto solicitou o estabelecimento provisório de sinais náuticos para defender a área de risco, em prol da segurança da navegação. Desse modo à luz da NORMAM-17/DHN, a quem cabe autorizar, o estabelecimento dos sinais descritos acima?

- (A) Capitania dos Portos.
- (B) Centro de Auxílios à Navegação Almirante Moraes Rego.
- (C) Centro de Hidrografia da Marinha.
- (D) Distrito Naval.
- (E) Diretoria de Hidrografia e Navegação.

QUESTÃO 10

De acordo com o previsto na NORMAM-25/DHN, assinale a opção que apresenta uma exigência aplicável em ambos os Levantamentos Hidrográficos (LH) das Categorias "A" e "B".

- (A) Enviar ao Centro de Hidrografia da Marinha o relatório anual do LH, em formato impresso e digital, escrito em língua portuguesa e assinado pelo responsável técnico.
- (B) No caso de utilização de ecobatímetro analógico, devem ser enviados ao Centro de Hidrografia da Marinha os ecogramas originais.
- (C) No caso de impossibilidade de envio dos dados brutos de amostras geológicas, poderá ser apresentada, no texto do relatório final do LH ou em laudo técnico em anexo, uma descrição ou análise das amostras.
- (D) Anexar todos os dados produzidos no LH ao relatório final do LH. Devem ser enviados todos os dados coletados (brutos) e processados (editados) resultantes do LH.
- (E) Em até 3 (três) meses após o término do prazo autorizado para execução do LH, enviar ao Centro de Hidrografia da Marinha o relatório final do LH, em formato impresso e digital, escrito em língua portuguesa e assinado pelo responsável técnico.

QUESTÃO 11

Com relação à inscrição temporária (IT), de acordo com o previsto na NORMAM-04/DPC, assinale a opção correta:

- (A) Está dispensada de inscrição temporária (IT) a embarcação de passageiro em cruzeiro marítimo, desde que afretada para operar em Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), por um período igual ou inferior a trinta dias a cada doze meses.
- (B) Está dispensada de inscrição temporária (IT) a embarcação afretada para operar em Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB) por um período igual ou inferior a trinta dias a cada doze meses, excetuando-se embarcação destinada às atividades de levantamentos sísmico e hidrográfico.
- (C) Está dispensada de inscrição temporária (IT) a embarcação afretada por empresa brasileira de navegação para realizar uma ou mais viagens, quando operando em navegação de longo curso.
- (D) No caso de inscrição temporária (IT) para embarcações brasileiras em processo de inscrição no Registro Especial Brasileiro (REB), o armador, o afretador ou o representante legal, deverá solicitar a emissão de IT específica, por meio de requerimento à capitania/delegacia.
- (E) A validade da declaração provisória para operar em Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB) será de dois anos a contar da data da realização da perícia. A emissão e a validade das declarações provisórias independem da validade do Atestado de Inscrição Temporária (AIT).

QUESTÃO 12

De acordo com o previsto na NORMAM 10/DPC, assinale a opção que apresenta o prazo máximo para a entrega do relatório final dos trabalhos executados, após o término da pesquisa de bens pertencentes à União.

- (A) 90 dias.
- (B) 60 dias.
- (C) 45 dias.
- (D) 30 dias.
- (E) 15 dias.

QUESTÃO 13

De acordo com a Lei 9.966, de 28/04/2000, que dispõe sobre a prevenção o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências, assinale a opção correta quanto à descarga de resíduos sólidos das operações de perfuração de poços de petróleo, conforme previsto no art. 20 dessa lei.

- (A) O descarte contínuo é permitido desde que a embarcação não se encontre dentro dos limites da área ecologicamente sensível.
- (B) Esse tipo de descarga será objeto de regulamentação específica pelo órgão federal do meio ambiente.
- (C) O descarte é permitido desde que a embarcação não se encontre dentro dos limites da área ecologicamente sensível.
- (D) A descarga em quantidade superior a 5% de seu volume total só poderá ser descarregada se atendidas as situações permitidas pela MARPOL 73/78.
- (E) É vedada a descarga desses resíduos caso estejam adicionados em tanques lavados em quantidade superior a 5% do seu volume total.

QUESTÃO 14

De acordo com o previsto na NORMAM-10/DPC, quem é o responsável por coordenar, controlar e fiscalizar as operações e atividades de pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar?

- (A) Capitão dos Portos.
- (B) Chefe do Estado-Maior da Armada.
- (C) Diretor de Portos e Costas.
- (D) Diretor de Hidrografia e Navegação.
- (E) Comandantes de Distrito Naval.

QUESTÃO 15

De acordo com a NORMAM-03/DPC, com relação aos requisitos para proteção e combate a incêndio, assinale a opção correta.

- (A) O diâmetro das mangueiras de incêndio das embarcações propulsadas com comprimento total maior ou igual a 24m não deve ser inferior a 38mm (1,5 pol.).
- (B) Para os sistemas de combustível da propulsão das embarcações com comprimento igual ou maior que 24 metros, não poderão ser utilizados combustíveis com ponto de fulgor inferior a 55° C.
- (C) Capacidade extintora é a medida do poder de resfriamento de um extintor Classe A, na unidade de graus Celsius por segundos.
- (D) Extintores que apresentem um peso bruto de 15kg ou menos, quando carregados, são considerados portáteis.
- (E) Os cilindros de sistemas fixos de combate a incêndio deverão sofrer testes hidrostáticos a cada 04 (quatro) anos.

QUESTÃO 16

Coloque F (falso) ou V (verdadeiro) nas afirmativas abaixo, com relação às diretrizes específicas para elaboração dos Cartões de Tripulação de Segurança (CTS), segundo a NORMAM 01/DPC, e assinale a opção que apresenta a sequência correta.

- () A determinação do número de aquaviários necessários ao exercício das funções a serem desempenhadas no passadiço baseia-se na análise dos seguintes fatores: tarefas que terão de ser executadas durante o serviço noturno; equipamentos disponíveis considerando seus desempenhos e graus de automação; arranjo desses equipamentos; e visibilidade do exterior conferida pelo arranjo das vigias.
- () Compreende-se como elevado nível de automação dos equipamentos de navegação a existência simultânea a bordo, sem restrições operacionais, dos sistemas a seguir: navio autônomo; radar com alarme anticolisão (Radar ARPA); sistema de navegação eletrônica, com autopiloto programável, que possua sistema automático de plotagem de posição na carta ou em "display" eletrônico.
- () Para a determinação do quantitativo de tripulantes necessários aos serviços de convés, deverá ser analisada a disponibilidade, a localização e o seu grau de sofisticação tecnológica de equipamentos de convés.
- () O grau de automação do sistema de máquinas pode ser avaliado por meio da Notação do Grau de Automação da Praça de Máquinas (NGAPM), atribuída por uma Sociedade Classificadora reconhecida, ou por meio da verificação da existência e operacionalidade dos sistemas a seguir especificados. A NGAPM possui prazo de validade definido pela Sociedade Classificadora que a emitiu.
- () Quanto ao Sistema de Navegação deve ser também considerado o programa de movimentação da embarcação nas linhas comerciais em que for empregada. Nos navios especiais (petroleiros, químicos e gaseiros) e na embarcação classificada, quanto ao serviço ou atividade, como carga geral, é necessário analisar os encargos do Comandante durante as operações de carga e descarga.

- (A) (V) (F) (V) (V) (F)
- (B) (V) (V) (F) (V) (V)
- (C) (F) (F) (V) (V) (F)
- (D) (F) (V) (V) (F) (F)
- (E) (V) (V) (F) (F) (V)

QUESTÃO 17

De acordo com o previsto na NORMAM-26/DHN, assinale a opção que consiste na "área vital" que todo navio, bem como todo objeto móvel ou ser vivo possui e que o envolve, cuja penetração por outro objeto, animado ou não, pode gerar alguma reação ou processo defensivo.

- (A) Área a ser evitada.
- (B) Fundeio Vital.
- (C) Área de Precaução.
- (D) Domínio.
- (E) Área de Atenção.

QUESTÃO 18

De acordo com o previsto na NORMAM-17/DHN, assinale a opção que apresenta o tipo de luz em que as emissões luminosas são repetidas com frequência igual ou superior a 50 (cinquenta) vezes e inferior a 80 (oitenta) vezes por minuto.

- (A) Luz Rítmica.
- (B) Eclipse.
- (C) Luz Isofásica.
- (D) Luz Rápida.
- (E) Luz Muito Rápida.

QUESTÃO 19

De acordo com a NORMAM-33/DPC, assinale a opção que apresenta a Margem de Manobrabilidade (MM) mínima recomendada.

- (A) 10% do calado.
- (B) 0,5m até 0,6m.
- (C) 5% do calado ou 0,6m, o que for maior.
- (D) 10% do calado, limitado até 0,8m.
- (E) 1,5m.

QUESTÃO 20

De acordo com o previsto na NORMAM-06/DPC, com relação às condições básicas para uma Organização Reconhecida (OR) atuar em nome da Autoridade Marítima Brasileira (AMB), assinale a opção correta.

- (A) Manter, em caráter permanente, uma estrutura administrativa e técnica capaz de atender, dentro do prazo de 48 horas, qualquer pedido de vistoria em qualquer ponto do território nacional.
- (B) Manter, em caráter permanente, uma estrutura administrativa e técnica capaz de atender, dentro do prazo de 36 horas, qualquer pedido de vistoria em qualquer ponto do território nacional.
- (C) Manter, em caráter temporário, uma estrutura administrativa e técnica capaz de atender, dentro do prazo de 24 horas, qualquer pedido de vistoria em qualquer ponto do território nacional e internacional.
- (D) Manter, em caráter permanente, uma estrutura administrativa e técnica capaz de atender, dentro do prazo de 12 horas, qualquer pedido de vistoria em qualquer ponto do território nacional e internacional.
- (E) Manter uma estrutura administrativa e técnica capaz de atender, dentro do prazo de 06 horas, qualquer pedido de vistoria em qualquer ponto do território nacional.

QUESTÃO 21

De acordo com a NORMAM-20/DPC, assinale a opção que apresenta corretamente a divisão do grupo quanto à densidade relativa e a respectiva persistência (em dias) dos principais óleos transportados.

- (A) Grupo I; Densidade Relativa < 0,8; Persistência 1-2 dias.
- (B) Grupo II; Densidade Relativa de 0,8 a 0,86; Persistência 3-4 dias.
- (C) Grupo III; Densidade Relativa de 0,87 a 0,90; Persistência 5-6 dias.
- (D) Grupo IV; Densidade Relativa de 0,91 a 0,95; Persistência 7-8 dias.
- (E) Grupo V; Densidade Relativa > 0,95; Persistência > 8 dias.

QUESTÃO 22

De acordo com o previsto na NORMAM-30/DPC, assinale a opção que consiste no curso destinado para tripular ou conduzir pequenas embarcações, de até oito metros de comprimento, incluindo lanchas do tipo LAEP-7 com motor de centro e empregadas na navegação interior a serviço de Órgãos Públicos (Extra-MB).

- (A) Especial Avançado para a Condução de Embarcações de Estado no Serviço Público na Navegação Costeira (EANC).
- (B) Especial para Condução de Embarcações de Estado no Serviço Público (ECSP).
- (C) Especial para Tripulação de Embarcações de Estado no Serviço Público (ETSP).
- (D) Especial para Tripulação Amadora de Embarcações no Serviço Público (ETAP).
- (E) Especial Avançado para a Condução de Embarcações de Estado no Serviço Público na Navegação Interior (EASP).

QUESTÃO 23

De acordo com a NORMAM-02/DPC, para o cálculo de arqueação bruta da embarcação será necessário considerar o volume total de todos os espaços:

- (A) abertos.
- (B) fechados.
- (C) livres.
- (D) abertos e fechados.
- (E) abertos e livres.

QUESTÃO 24

De acordo com o previsto na NORMAM-11/DPC, em que caso poderá ser emitido o Parecer Provisório de Obras (PPO).

- (A) Em projetos para descomissionamento de plataformas, sistemas submarinos ou sistemas desassociados.
- (B) Em construções de Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte (IP4).
- (C) Em construção ou alteração de quebra-mar e/ou molhe.
- (D) Em instalação de projetos em áreas e parques aquícolas.
- (E) Em instalação de parque eólico marítimo.

QUESTÃO 25

De acordo com o previsto na NORMAM-33/DPC, assinale a opção INCORRETA quanto aos sistemas de Folga Dinâmica Abaixo da Quilha (FDAQ).

- (A) A margem de resposta aos efeitos das ondas (altura significativa, período e direção das ondas) é um dos principais dados de saída do sistema empregado no cálculo/previsão da FDAQ.
- (B) Se utilizados em auxílio às manobras e navegações de praticagem ou ao Comandante do navio, que não impliquem em redução das FAQ mínimas ou dos CMR máximos estabelecidos formalmente pela AP nas diferentes regiões do porto/terminal ou para cada navio-tipo, em coordenação com a AM, não serão objeto de avaliação da NORMAM-33/DPC.
- (C) Com o conceito de FDAQ é possível estabelecer um calado máximo recomendado fixo, para cada navio, considerando as condicionantes ambientais, sem o comprometimento de sua segurança.
- (D) Na área de interesse para a implantação do sistema de cálculo e previsão de FDAQ, a altura do nível do mar é um dos dados ambientais que deverão ser adquiridos e armazenados pelo período de um ano.
- (E) Uma das atribuições da autoridade marítima (AM) é analisar os estudos e relatórios para o estabelecimento de sistemas de FDAQ.

QUESTÃO 26

Considere que a embarcação de pesca Anjo Azul foi apreendida por inspetores navais da Capitania dos Portos do Rio Grande do Sul por estar com a dotação de coletes salva-vidas incompleta. Diante desse fato e de acordo com a Lei nº 9.537/1997, que dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências, é correto afirmar que:

- (A) a apreensão é uma medida administrativa que poderá ser suspensa logo após o pagamento da multa.
- (B) a embarcação apreendida deve ser recolhida a local determinado pelo proprietário.
- (C) ressalvado em casos de recurso, conforme disposto no parágrafo 2º do art. 24 da Lei 9.537/1997, o infrator disporá do prazo de 15 dias corridos, a contar da intimação, para pagar a multa.
- (D) a irregularidade determinante da apreensão deve ser sanada no prazo de 60 dias, sob pena de a embarcação ser leiloada ou incorporada aos bens da União.
- (E) a autoridade marítima designará responsável pela guarda da embarcação apreendida, o qual poderá ser seu proprietário, armador ou construtor.

QUESTÃO 27

De acordo com o previsto na NORMAM09/DPC, quem possui a competência para instauração de Inquérito Administrativo sobre Fatos e Acidentes da Navegação (IAFN)?

- (A) Tribunal Marítimo.
- (B) Capitánias (CP), Delegacias (DL) e Agências (AG).
- (C) Capitánias (CP) e Delegacias (DL).
- (D) Capitánias (CP) e Tribunal Marítimo.
- (E) Diretoria de Portos e Costas e Tribunal Marítimo.

QUESTÃO 28

Considere que a embarcação de pesca Anjo Vermelho, de bandeira brasileira, foi autuada por inspetores navais da Capitania dos Portos de Salvador por estar com a dotação de coletes salva-vidas incompleta. Diante desse fato e de acordo com o Decreto nº 2.596/1998, que regulamenta a Lei nº 9.537/1997, de 11/12/1997, que dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional, é correto afirmar que:

- (A) a este tipo de infração cabe a penalidade de multa que varia de R\$ 40,00 a R\$ 800,00 ou suspensão do certificado de habilitação até 30 dias.
- (B) a este tipo de infração cabe a penalidade de multa que varia de R\$ 40,00 a R\$ 1600,00 ou suspensão do certificado de habilitação até 60 dias.
- (C) a este tipo de infração cabe a penalidade de multa que varia de R\$ 40,00 a R\$ 1600,00 ou suspensão do certificado de habilitação até 30 dias.
- (D) a este tipo de infração cabe a penalidade de multa que varia de R\$ 40,00 a R\$ 800,00 ou suspensão do certificado de habilitação até 60 dias.
- (E) a este tipo de infração cabe a penalidade de multa que varia de R\$ 80,00 a R\$ 3200,00 ou suspensão do certificado de habilitação até 60 dias.

QUESTÃO 29

Com relação às Normas para Embarcações Empregadas na Navegação em Mar Aberto (NORMAM-01/DPC), assinale a opção correta.

- (A) Toda embarcação com carga perigosa a bordo, que se encontre atracada, deverá dispor de cabos de reboque de dimensões adequadas somente na proa, prontos para uso imediato.
- (B) Toda embarcação com carga perigosa a bordo, que se encontre atracada ou fundeada, deverá dispor de cabos de reboque de dimensões adequadas somente na popa, prontos para uso imediato.
- (C) Toda embarcação com carga perigosa a bordo, que se encontre atracada ou fundeada, deverá dispor de cabos de reboque de dimensões adequadas nos dois bordos da embarcação e na popa, prontos para uso imediato.
- (D) Toda embarcação com carga perigosa a bordo, que se encontre atracada ou fundeada, deverá dispor de cabos de reboque de dimensões adequadas na proa e na popa, prontos para uso imediato.
- (E) Toda embarcação com carga perigosa a bordo, que se encontre atracada ou fundeada, deverá dispor de cabos de reboque de dimensões adequadas em ambos os bordos, na proa e na popa, prontos para uso imediato.

QUESTÃO 30

Com relação à certificação e reconhecimento, de acordo com a NORMAM-06/DPC, assinale a opção correta.

- (A) O Acordo de Reconhecimento terá a validade de até quatro anos e poderá ser renovado, mediante requerimento do interessado, a critério da Autoridade Marítima Brasileira (AMB). Nesses casos, poderão ser formalizados por portaria.
- (B) Os Acordos de Reconhecimento provisórios terão a validade de até dois anos e poderão ser renovados ao final desse período, a critério da Autoridade Marítima Brasileira (AMB). Nestes casos, poderão ser formalizados por Portaria.
- (C) A Organização Reconhecida (OR) deverá apresentar, em um prazo de até 60 dias após a entrega do "Relatório de Auditoria de Organização Reconhecida", um documento informando as ações corretivas efetuadas ou planejadas, bem como, as dificuldades e informações consideradas relevantes sobre essas ações adotadas.
- (D) A Autoridade Marítima Brasileira (AMB) poderá autorizar, em caráter excepcional, a emissão pelas Organização Reconhecida (OR) de certificados estatutários e licenças para grupos ou categorias de embarcações que não sejam mantidas em classe e/ou que não atendam integralmente aos requisitos de classe estabelecidos nas regras da Organização Reconhecida (OR).
- (E) As capitânicas dos portos poderão emitir um certificado de isenção ou dispensar uma embarcação do atendimento a qualquer item previsto nas normas e regulamentos aplicáveis. As solicitações de isenção de atendimento de quaisquer itens previstos nas normas e regulamentos aplicáveis às embarcações de bandeira brasileira devem ser feitas pelo proprietário ou armador.

QUESTÃO 31

De acordo com a Lei 7.203, de 03/07/1984, que dispõe sobre a assistência e salvamento de embarcação, coisa ou bem em perigo no mar, nos portos e nas vias navegáveis interiores, assinale a opção correta.

- (A) É obrigatório ao armador ou proprietário da embarcação, coisa ou bem em perigo, ser o salvador da embarcação, ressalvado o prescrito no art. 9º desta Lei.
- (B) Quando a assistência e salvamento ocorrerem em águas sob jurisdição estrangeira e existir o envolvimento de embarcação brasileira nessa operação, a competência para julgar questões pertinentes ou decorrentes desse salvamento é da responsabilidade do tribunal brasileiro.
- (C) A autoridade naval poderá intervir em operações de assistência e salvamento, ou providenciá-la, quando necessário. A intervenção dependerá da solicitação e da vontade expressa dos responsáveis pela embarcação assistida.
- (D) A intervenção da autoridade naval em operações de assistência e salvamento isenta o proprietário ou armador da embarcação assistida da responsabilidade por danos a terceiros ou ao meio ambiente.
- (E) Quando a embarcação, coisa ou bem em perigo representar um risco de dano a terceiros ou ao meio ambiente, o armador ou proprietário, conforme o caso, será o responsável pelas providências para anular ou minimizar esse risco.

QUESTÃO 32

De acordo com o previsto na NORMAM 09/DPC, assinale a opção que corresponde somente a fatos da navegação.

- (A) deficiência de equipagem, má estivação da carga e recusa injustificada de socorro à embarcação ou a naufragos em perigo.
- (B) alijamento, avaria ou defeito no navio ou em suas instalações, varação, água aberta e abalroamento.
- (C) avaria ou defeito no navio ou em suas instalações, má estivação da carga e recusa injustificada de socorro à embarcação ou a naufragos em perigo.
- (D) alijamento, má estivação da carga e recusa injustificada de socorro à embarcação ou a naufragos em perigo.
- (E) mau aparelhamento ou impropriedade da embarcação, deficiência de equipagem e varação.

QUESTÃO 33

De acordo com o previsto na NORMAM-26/DHN, assinale a opção que apresenta a Organização Militar e o representante da Autoridade Marítima, responsáveis pelas Visitas Técnicas, por licenciar a implantação e por autorizar a operação de um Serviço de Tráfego de Embarcações (VTS) no Brasil.

- (A) Capitania dos Portos e Diretor do Centro de Auxílios à Navegação Almirante Moraes Rego.
- (B) Centro de Auxílios à Navegação Almirante Moraes Rego e Diretor do Centro de Hidrografia da Marinha.
- (C) Centro de Hidrografia da Marinha e Diretor de Hidrografia e Navegação.
- (D) Centro de Auxílios à Navegação Almirante Moraes Rego e Diretor de Hidrografia e Navegação.
- (E) Diretoria de Hidrografia e Navegação e Diretor de Portos e Costas.

QUESTÃO 34

De acordo com o Decreto 4.136, de 20/02/2002, que dispõe sobre especificações das sanções aplicáveis às infrações às regras de prevenção, controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional, prevista na Lei nº 9.966, de 28/04/2000, e dá outras providências, nos termos do Anexo III da MARPOL 73/78, qual a penalidade aplicável aos navios que transportem óleo e substâncias nocivas e perigosas de forma fracionada, que deixarem de possuir a bordo documento que especifique e forneça a localização das substâncias no navio?

- (A) Multa do Grupo H e retenção do navio até que a situação seja regularizada.
- (B) Multa do Grupo E.
- (C) Multa do Grupo C.
- (D) Multa do Grupo I e retenção do navio até 60 dias.
- (E) Impedimento de trafegar ou permanecer em águas sob jurisdição nacional.

QUESTÃO 35

De acordo com o previsto na NORMAM-25/DHN, assinale a opção que corresponde ao Levantamento Hidrográfico (LH) da Categoria "B".

- (A) Levantamento Hidrográfico de "fim de dragagem" (pós-dragagem), em vias/áreas navegáveis, cartografadas e hidrografadas.
- (B) É realizado utilizando especificações técnicas que permitam que os dados obtidos sejam aproveitados na atualização de documentos náuticos.
- (C) Possui a finalidade de subsidiar proposta de definição ou alteração dos parâmetros operacionais de navegação de portos e terminais portuários.
- (D) Subsídia projeto de estabelecimento ou alteração permanente de auxílios à navegação em vias/áreas navegáveis, cartografadas e hidrografadas.
- (E) É executado sem o propósito de produzir elementos que sirvam para atualização de documentos náuticos.

QUESTÃO 36

De acordo com o previsto na NORMAM-08/DPC, marque a opção INCORRETA.

As embarcações SOLAS (*Safety of Life at Sea*) são todas as embarcações mercantes empregadas em viagens marítimas internacionais ou empregadas no tráfego marítimo mercantil entre portos brasileiros, ilhas oceânicas, terminais e plataformas marítimas com EXCEÇÃO das embarcações:

- (A) de carga com arqueação bruta inferior a 500.
- (B) de passageiros com arqueação bruta inferior a 500 e que não efetuam viagens internacionais.
- (C) sem meios de propulsão mecânica.
- (D) de madeira, de construção primitiva.
- (E) com comprimento de regra (L) menor ou igual a 24 metros.

QUESTÃO 37

Conforme preconizado na NORMAM-11/DPC, os projetos para descomissionamento de plataformas, sistemas submarinos ou sistemas desassociados sob, sobre ou às margens das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB) seguirão o seguinte trâmite:

- (A) a capitania, delegacia ou agência encaminhará o processo, com Parecer Técnico, ao Diretor de Portos e Costas ao qual está subordinada. O Diretor de Portos e Costas deverá consultar o Centro de Hidrografia da Marinha.
- (B) a capitania, delegacia ou agência encaminhará o processo com Parecer Técnico ao Distrito Naval ao qual está subordinada. O Distrito Naval deverá consultar, simultaneamente, o Centro de Hidrografia da Marinha e o Centro de Auxílios à Navegação Almirante Moraes Rego.
- (C) a capitania, delegacia ou agência encaminhará o processo, com Parecer Técnico ao Distrito Naval ao qual está subordinada, consultando simultaneamente, o Comando-em-Chefe da Esquadra, a Diretoria de Sistemas de Armas da Marinha, o Comando da Força de Submarinos e o Centro de Hidrografia da Marinha.
- (D) a capitania, delegacia ou agência encaminhará o processo, com Parecer Técnico, ao Distrito Naval ao qual está subordinada. O Distrito Naval deverá consultar, simultaneamente, o Comando-em-Chefe da Esquadra, a Diretoria de Sistemas de Armas da Marinha, o Comando da Força de Submarinos, o Centro de Hidrografia da Marinha e o Centro de Auxílios à Navegação Almirante Moraes Rego.
- (E) a capitania, delegacia ou agência encaminhará o processo, com Parecer Técnico, ao Distrito Naval ao qual está subordinada. O Distrito Naval deverá encaminhar o processo ao Comando-em-Chefe da Esquadra, à Diretoria de Sistemas de Armas da Marinha e ao Centro de Hidrografia da Marinha, via Centro de Auxílios à Navegação Almirante Moraes Rego.

QUESTÃO 38

Analise as afirmativas abaixo relacionadas à NORMAM 07/DPC.

- I- Considerando como linha base a linha de arrebentação das ondas ou, no caso de lagos e lagoas, onde se inicia o espelho d'água, as embarcações de propulsão a motor, reboque de esqui aquático, pára-queedas e painéis de publicidade poderão trafegar a partir de 200 metros da linha base.
- II- Compete à Autoridade Marítima Brasileira (AMB) por meio dos planos decorrentes do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, estabelecer os diversos usos para os diferentes trechos de praias ou margens, demarcando as áreas, em terra, para jogos e banhistas, bem como, na água, as áreas de banhistas e de prática de esportes aquáticos e náuticos.
- III- Compete ao Distrito Naval, como Representante da Autoridade Marítima para a Segurança do Tráfego Aquaviário, julgar, em última instância, os recursos sobre multas aplicadas por infração aos regulamentos e às leis relativas à segurança da navegação.
- IV- A Capitania dos Portos (CP) é o órgão competente também para elaboração do Laudo Técnico Ambiental (LTA). As delegacias e agências deverão enviar toda documentação necessária para elaboração desse laudo, que será analisada e validada pela CP.
- V- Quanto à classificação do nível de impacto ambiental, componente principal da conclusão do Laudo Técnico Ambiental (LTA), pode-se dizer que o impacto ambiental de Nível 4 é considerado gravíssimo.

Assinale a opção correta.

- (A) Apenas as afirmativas I, II e IV são verdadeiras.
- (B) Apenas as afirmativas I e IV são verdadeiras.
- (C) Apenas a afirmativa I é verdadeira.
- (D) Apenas a afirmativa IV é verdadeira.
- (E) Apenas as afirmativas II, III e V são verdadeiras.

QUESTÃO 39

De acordo com a NORMAM-13/DPC, com relação à suspensão de certificados, é correto afirmar que:

- (A) A capitania, delegacia e agência que efetuar a suspensão do certificado prevista no item 0120 (suspensão de certificados), deverá efetuar o lançamento no Sistema Informatizado de Cadastro de Aquaviário (SISAQUA), independentemente da organização militar de inscrição/jurisdição do aquaviário.
- (B) Os certificados de habilitação serão suspensos, mediante procedimento administrativo, por período não superior a 130 dias, durante o cumprimento de pena de suspensão da inscrição.
- (C) Eliminada a causa que motivou a suspensão do certificado e se o interessado pretender retornar à atividade de aquaviário, não será necessário requerer sua revalidação à capitania, delegacia e agência na qual foi inscrito.
- (D) As penalidades serão aplicadas ao aquaviário, mediante procedimento administrativo, que se inicia com a notificação, assegurando o contraditório e a ampla defesa.
- (E) Constitui infração às regras do tráfego aquaviário a inobservância de qualquer preceito da Lei de segurança do tráfego aquaviário e Regulamento da lei de segurança do tráfego aquaviário, de normas complementares emitidas pela autoridade marítima (NORMAM) ou de resolução internacional ratificada pelo Brasil, ficando o infrator sujeito à aplicação de penalidade, como a de cancelamento do certificado de habilitação.

QUESTÃO 40

Analise as afirmativas abaixo relacionadas à NORMAM 07/DPC.

- I- Vistoriador Naval Nível 2: Oficiais prestando Serviço Militar voluntário temporário como Oficial de 2ª Classe da Reserva da Marinha (RM2) aprovados em Processo Seletivo.
- II- Vistoriador Naval Nível 1: Oficiais da Marinha do Brasil ou civis contratados e aprovados em curso para formação de vistoriadores navais.
- III- A Gerência de Vistorias, Inspeções e Perícias Técnicas (GEVI) faz parte da estrutura organizacional da Diretoria de Portos e Costas, sendo composta por Vistoriadores Navais e Inspetores Navais Nível 2.
- IV- Inspetor Naval Nível 3: Oficiais e Praças componentes das tripulações dos Navios da Marinha do Brasil.

Assinale a opção correta.

- (A) Apenas as afirmativas I, II e III são verdadeiras.
- (B) Apenas as afirmativas I e III são verdadeiras.
- (C) Apenas as afirmativas II e IV são verdadeiras.
- (D) Apenas a afirmativa IV é verdadeira.
- (E) Apenas a afirmativa II é verdadeira.

QUESTÃO 41

Considere que a embarcação de pesca Anjo Amarelo, de bandeira brasileira, foi autuada por inspetores navais da Capitania Fluvial do Araguaia-Tocantins devido não possuir inscrição na autoridade marítima. Diante desse fato e de acordo com o Decreto nº 2.596/1998, que regulamenta a Lei nº 9.537/1997, de 11/12/1997, que dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional, é correto afirmar que:

- (A) a esse tipo de infração cabe a penalidade de multa que varia de R\$ 80,00 a R\$ 2.800,00.
- (B) a esse tipo de infração cabe a penalidade de multa que varia de R\$ 40,00 a R\$ 800,00.
- (C) a esse tipo de infração cabe a penalidade de multa que varia de R\$ 40,00 a R\$ 2.200,00.
- (D) a esse tipo de infração cabe a penalidade de multa que varia de R\$ 40,00 a R\$ 1600,00.
- (E) a esse tipo de infração cabe a penalidade de multa que varia de R\$ 80,00 a R\$ 3.200,00.

QUESTÃO 42

De acordo com o previsto na NORMAM-10/DPC, para elaboração do Plano Preliminar de Salvamento, com relação ao local do sinistro, o que deverá ser observado?

- (A) Condições meteorológicas, profundidade e área abrigada ou desabrigada.
- (B) Intensidade de vento/corrente, altura das vagas e condições meteorológicas presentes.
- (C) Se decorre de acidente, discriminando sua natureza (encalhe, colisão, abalroamento, dentre outros).
- (D) Área abrigada ou desabrigada, natureza do fundo e intensidade de vento/corrente.
- (E) Tença, profundidade, gradiente e área abrigada ou desabrigada.

QUESTÃO 43

De acordo com o previsto na NORMAM-02/DPC, assinale a opção que representa um equipamento de navegação ou documentação que as embarcações sem propulsão, com AB maior que 50 e menor que 500, deverão possuir a bordo.

- (A) Lanterna portátil com bateria recarregável ou com pilhas sobressalentes (para embarcações de passageiros).
- (B) Prumo de mão.
- (C) Quadro de primeiros socorros em locais de fácil visualização, nas embarcações de transporte de carga com singradura superior a 24 horas.
- (D) Agulha giroscópica ou agulha magnética, com certificado de compensação (com validade de dois anos).
- (E) Indicador do ângulo do leme no passadiço ou no comando.

QUESTÃO 44

De acordo com a Lei 7.203, de 03/07/1984, que dispõe sobre a assistência e salvamento de embarcação, coisa ou bem em perigo no mar, nos portos e nas vias navegáveis interiores, qual o prazo que prescreve a ação de qualquer salvador para exigir a remuneração pelos serviços prestados, a partir do dia em que terminarem as operações de assistência e salvamento?

- (A) 1 ano.
- (B) 2 anos.
- (C) 3 anos.
- (D) 4 anos.
- (E) 5 anos.

QUESTÃO 45

De acordo com o previsto na NORMAM-01/DPC, assinale a opção que apresenta uma regra/requisito técnico dos dispositivos para embarque de práctico.

- (A) Para receber o práctico, a escada deverá ser lançada a barlavento.
- (B) Para que possa ter acesso ao navio, com segurança e comodidade, o práctico não deverá subir menos do que 1,0m nem mais do que 9m.
- (C) Quando a altura a ser escalada pelo práctico for superior a 9m, a subida a bordo, a partir da escada de práctico, deve se efetuar com a ajuda de um marinheiro do navio.
- (D) Em caso de necessidade, devem estar prontas para serem usadas duas boças solidamente amarradas à embarcação, tendo pelo menos 32mm de diâmetro.
- (E) Se o navio estiver em movimento, o embarque ou desembarque do práctico deve ser feito com o navio com marcha adiante e velocidade máxima de 7 nós.

QUESTÃO 46

De acordo com o previsto na NORMAM-15/DPC, assinale a opção que apresenta um motivo para a suspensão de credenciamento de escolas de mergulho profissional.

- (A) Descumprimento dos prazos de exigências.
- (B) Reincidência de exigências impeditivas.
- (C) A pedido da escola.
- (D) Término de prazo de suspensão.
- (E) Perda de validade do certificado de segurança de sistema de mergulho.

QUESTÃO 47

De acordo com a NORMAM-13/DPC, com relação à qualificação e à certificação de operadores de sistemas de posicionamento dinâmico (DPO), assinale a opção INCORRETA:

- (A) Entende-se por operador de sistema de posicionamento dinâmico um aquaviário pertencente ao 1º Grupo - Marítimos, com formação na seção de convés, nível de categoria maior ou igual a 7, com especialização adquirida por meio de um curso de posicionamento dinâmico.
- (B) Excepcionalmente, em embarcações com AB maior do que 300 e menor que 500, o operador de posicionamento dinâmico poderá ser um aquaviário pertencente ao 1º Grupo - Marítimos, com formação na seção de convés, nível de categoria maior ou igual 6, para aqueles que possuem regra II/3.
- (C) Em embarcações com AB menor ou igual a 300, o operador de posicionamento dinâmico poderá ser um aquaviário pertencente ao 1º Grupo - Marítimos com formação na seção de convés, nível de categoria maior ou igual 5.
- (D) A validade do certificado de DPO deverá ser de, no máximo, 5 anos, cabendo a cada instituição certificadora estabelecer seus critérios para revalidação do referido certificado.
- (E) Para o embarque em navio DP, além de o oficial de náutica possuir o certificado DPO dentro da validade, deverá também portar um certificado de competência, modelo DPC-1031, válido.

QUESTÃO 48

De acordo com a NORMAM-01/DPC, com relação à apresentação dos planos e documentos, marque a opção INCORRETA.

- (A) Os planos deverão ser apresentados em escala compatível com as dimensões da embarcação. A legenda dos planos deverá especificar, no mínimo, o número do casco e/ou o nome da embarcação, o nome do plano, o estaleiro construtor, a escala e a data.
- (B) Todos os documentos deverão ser datilografados, possuir folha de rosto contendo sua identificação e da embarcação (nome e/ou número do casco), além do carimbo e da assinatura do responsável técnico. As páginas interiores deverão conter a rubrica do responsável técnico e a identificação da embarcação.
- (C) Nenhum plano ou documento deverá conter qualquer tipo de rasura ou emenda.
- (D) Os planos e documentos deverão ser assinados de próprio punho pelo responsável técnico pelo projeto, devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), não sendo aceita cópia de assinatura.
- (E) Todos os planos deverão possuir data de validade não superior a 1 ano.

QUESTÃO 49

De acordo com a NORMAM-17/DHN, com relação à direção convencional do balizamento, assinale a opção correta.

- (A) Nos lagos não associados a rios, a direção convencional do balizamento será a do sentido Sul/Norte verdadeiro.
- (B) Nos rios não associados a uma baía, enseada ou estuário marítimos, a direção convencional do balizamento será sempre da foz para a nascente.
- (C) Nos lagos não associados a rios, a direção convencional do balizamento será a do sentido da foz para a nascente.
- (D) Nos rios não associados a uma baía, enseada ou estuário marítimos, a direção convencional do balizamento será sempre no sentido nascente para a foz.
- (E) Nos lagos não associados a rios, a direção convencional do balizamento será a do sentido sudeste/nordeste.

QUESTÃO 50

De acordo com o previsto na NORMAM-15/DPC, assinale a opção que apresenta um requisito básico para câmara hiperbárica empregada no mergulho raso.

- (A) Sistema de extinção de incêndio com acionamento interno ou externo.
- (B) Tensão máxima de 12V para os equipamentos elétricos.
- (C) Manter a temperatura interna entre 20°C e 30°C desde a fase de pressurização até o início da depressurização.
- (D) Vigias de vidro fabricadas de acordo com a norma ASME-PVHO ou equivalente, instaladas de modo a permitir observar todos os ocupantes.
- (E) Diâmetro interno mínimo de 2,50 metros.

RASCUNHO PARA REDAÇÃO

TÍTULO:

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

INSTRUÇÕES GERAIS AO CANDIDATO

- 1- Verifique se a prova recebida e a folha de respostas são da mesma cor (consta no rodapé de cada folha a cor correspondente) e se não faltam questões ou páginas. Escreva e assine corretamente seu nome, coloque seu número de inscrição e o dígito verificador (DV) apenas nos locais indicados;
- 2- O tempo para a realização da prova será de **4 (quatro) horas**, incluindo o tempo necessário à redação e à marcação das respostas na folha de respostas, e não será prorrogado;
- 3- Só inicie a prova após ser autorizado pelo Fiscal, interrompendo sua execução quando determinado;
- 4- A redação deverá ser uma dissertação com ideias coerentes, claras e objetivas, escritas em língua portuguesa. Deverá ter, no mínimo, 20 linhas contínuas, considerando o recuo dos parágrafos, e no máximo 30 linhas;
- 5- Iniciada a prova, não haverá mais esclarecimentos. O candidato somente poderá deixar seu lugar, devidamente autorizado pelo Supervisor/Fiscal, para se retirar definitivamente do recinto de prova ou, nos casos abaixo especificados, devidamente acompanhado por militar designado para esse fim:
 - atendimento médico por pessoal designado pela MB;
 - fazer uso de banheiro; e
 - casos de força maior, comprovados pela supervisão do certame, sem que aconteça saída da área circunscrita para a realização da prova.
 Em nenhum dos casos haverá prorrogação do tempo destinado à realização da prova; em caso de retirada definitiva do recinto de prova, esta será corrigida até onde foi solucionada;
- 6- Use caneta esferográfica preta ou azul para preencher a folha de respostas;
- 7- Confira nas folhas de questões as respostas que você assinalou como corretas antes de marcá-las na folha de respostas. Cuidado para não marcar duas opções para uma mesma questão na folha de respostas (a questão será perdida);
- 8- Para rascunho, use os espaços disponíveis nas folhas de questões, mas só serão corrigidas as respostas marcadas na folha de respostas;
- 9- O tempo mínimo de permanência dos candidatos no recinto de aplicação de provas é de **2 (duas) horas**.
- 10- Será eliminado sumariamente do processo seletivo/concurso e suas provas não serão levadas em consideração o candidato que:
 - a) der ou receber auxílio para a execução da Prova escrita objetiva de conhecimentos profissionais e da Redação;
 - b) utilizar-se de qualquer material não autorizado;
 - c) desrespeitar qualquer prescrição relativa à execução da Prova e da Redação;
 - d) escrever o nome ou introduzir marcas identificadoras noutro lugar que não o determinado para esse fim;
 - e) cometer ato grave de indisciplina; e
 - f) comparecer ao local de realização da Prova escrita objetiva de conhecimentos profissionais e da Redação após o horário previsto para o fechamento dos portões.
- 11- Instruções para o preenchimento da folha de respostas:
 - a) use caneta esferográfica azul ou preta;
 - b) escreva seu nome em letra de forma no local indicado;
 - c) assine seu nome no local indicado;
 - d) no campo inscrição DV, escreva seu número de inscrição nos retângulos, da esquerda para a direita, um dígito em cada retângulo. Escreva o dígito correspondente ao DV no último retângulo. Após, cubra todo o círculo correspondente a cada número. Não amasse, dobre ou rasgue a folha de respostas, sob pena de ser rejeitada pelo equipamento de leitura ótica que a corrigirá; e
 - e) só será permitida a troca de folha de respostas até o início da prova, por motivo de erro no preenchimento nos campos nome, assinatura e número de inscrição, sendo de inteira responsabilidade do candidato qualquer erro ou rasura na referida folha de respostas, após o início da prova.
- 12- Procure preencher a folha com atenção de acordo com o exemplo abaixo:

Nome: ROBERTO SILVA
Assinatura: Roberto Silva

INSCRIÇÃO: 7 2 0 7
DV: 2 4

ERRADO: (X) (O) () () ()
CORRETO: (●)

T A R J A

- 13- Não será permitido levar a prova após sua realização. O candidato está autorizado a transcrever suas respostas, dentro do horário destinado à solução da prova, utilizando o modelo impresso no fim destas instruções, para posterior conferência com o gabarito que será divulgado. É proibida a utilização de qualquer outro tipo de papel para anotação do gabarito.

ANOTE SEU GABARITO										PROVA DE COR _____														
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50